



TEMPO E ARGUMENTO

Revista do Programa de Pós-Graduação em História
Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 52 – 70, jan. / jun. 2010

TENSÕES ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA EM TESTEMUNHOS: Getúlio Vargas e seu legado político nos relatos de Samuel Wainer e Carlos Lacerda

Jefferson José Queler*

Resumo

Analiso, neste artigo, dois testemunhos da história recente do Brasil, especialmente relacionados à era Vargas, produzidos por Samuel Wainer e Carlos Lacerda. Apesar de haverem apresentado seus relatos com o estatuto de história, indico que mecanismos da memória, tais como seleção e deformação, ambos ligados ao presente, permanecem em suas narrativas. Ademais, parece que muitos estudiosos não consideraram tais detalhes e integraram os pontos de vista deles sem criticá-los.

Palavras-Chave: Política. História. Memória.

Todo relato feito pelos próprios autores, ainda que, em raros casos, constitua versão fidedigna de suas intenções, finalidades e motivos, não passa de fonte útil nas mãos do historiador, e nunca tem a mesma significação e veracidade de sua história. Aquilo que o contador de histórias pretende narrar deve necessariamente permanecer oculto para o ator, pelo menos enquanto este último estiver empenhado no ato ou em suas consequências, pois, para o ator, o sentido do ato não está na história que dele decorre. Muito embora as histórias sejam resultado inevitável da ação, não é o ator, e sim o narrador que percebe e “faz” a história (ARENDDT, 2001, p. 205).

Introdução

Testemunhos relatam e interpretam acontecimentos ocorridos há décadas. Qual o valor de fontes dessa natureza para o trabalho do historiador? Pergunta elementar, que nem sempre tem sido levantada na elaboração da história política brasileira das décadas de 1950 e 1960,

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Pós-doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: jeffqueler@hotmail.com.

especialmente no que se refere à atuação de Getúlio Vargas e seu legado. É o que se pode constatar em diversos usos dos depoimentos de Samuel Wainer e Carlos Lacerda, jornalistas muito ativos no cenário político do período, presentes na historiografia. Produzidos na época da ditadura civil-militar e transformados em livros, tais relatos foram incorporados por estudiosos como a história em várias ocasiões; ou seja, em situações em que seu engajamento no movimento pela redemocratização do País não foi levado em conta: quadro propício para as seleções e deformações operadas pela memória. Estas características tornam-se mais perceptíveis ao colocarmos esses depoimentos em diálogo entre si, assim como ao analisarmos as posições políticas de seus autores durante a chamada distensão, em artigos de jornal de Wainer para a *Folha de S. Paulo* e de Lacerda para *O Estado de S. Paulo*.

Wainer e Lacerda discutem o significado do passado

Os testemunhos de Samuel Wainer e Carlos Lacerda trazem informações preciosas, ou pelo menos versões, para o estudo do papel de Getúlio Vargas em nossa história. Nas décadas de 1950 e 1960, Wainer notabilizou-se pela defesa do getulismo e de aspectos do programa reformista do trabalhismo, isto é, advogava uma mais ampla distribuição de riquezas e a extensão da participação política na sociedade. Já Lacerda bateu-se ferrenhamente contra estas propostas, dado que preferia um liberalismo mais elitista e maior presença do capital estrangeiro no país. É preciso ficar atento, pois, para o fato de que seus interesses e aspirações, no momento em que compõem seus relatos anos depois, podem ter assumido novas cores.

Wainer teve sua carreira de jornalista projetada durante o Estado Novo na revista *Diretrizes*. É curioso notar que trabalhou ao lado de Lacerda em 1938, época em que este era comunista: seus caminhos tomarão direções distintas nos próximos anos (QUELER, 2004, p. 27-57). Em 1939, o segundo rompe com os comunistas e passa a dedicar especial atenção ao combate a Vargas e a seu legado. Tal tendência se consolidará com a fundação do jornal *Tribuna da Imprensa*, por ele dirigido. Já o primeiro, com o término do regime autoritário, aproximou-se do ex-ditador. Em 1950, quando trabalhava como repórter para os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, conseguiu fazer uma entrevista com ele. A reportagem que publicou em seguida teve importante papel no lançamento da candidatura presidencial de Vargas, vitoriosa naquele mesmo ano. Eleito presidente, este último percebeu-se desprovido de apoio na imprensa e convidou Wainer para fundar um jornal que cumprisse tal papel:

nascia o *Última Hora*. Dali em diante, protagonizaria encarniçadas disputas contra Lacerda acerca do significado da administração varguista e da atuação de seus jornais.

Vargas e seus princípios ocupavam então posição central no cenário político brasileiro. Após período de intensa anulação das liberdades políticas e civis à frente do Estado Novo, ele foi pressionado a abrir o regime e democratizar o País (SOUZA, 1976, p. 105-134). Neste processo, em 1945, participou decisivamente da reestruturação partidária. Articulou, via Ministério do Trabalho e estrutura sindical corporativista, a formação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); ao mesmo tempo, recebia maciças manifestações de apoio nas ruas para participar da Assembleia Nacional Constituinte, ou disputar as eleições presidenciais. Mobilizou antigos interventores do Estado Novo e grandes proprietários rurais nos municípios para a construção do Partido Social Democrático (PSD). Contra ele, reuniram-se várias tendências políticas, desde liberais até setores da esquerda, para a criação da União Democrática Nacional (UDN). Teve ainda papel de destaque nas eleições presidenciais daquele ano, nas quais os principais candidatos eram o General Eurico Gaspar Dutra, pelo PSD, e o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN. Apesar dos prognósticos favoráveis a este último, Dutra acabou vencendo nas urnas graças ao apoio que recebeu de Vargas às vésperas da votação.

Deposto da presidência por ação liderada por militares, Vargas optou por disputar eleições no mesmo ano. Eleito deputado por sete estados e senador por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul, escolheu representar este último no Senado pelo PSD. Porém, praticamente não exerceu seu mandato. Nos cinco anos seguintes, passou a maior parte do seu tempo em sua terra natal, São Borja-RS. Mesmo sem receber jornalistas, era prestigiado pelo País afora. As mencionadas reportagens de Wainer para os *Diários Associados* exerceram importante papel em reconduzi-lo ao topo da política nacional. Lançada sua candidatura presidencial pelo PTB em 1950, teve como principal adversário o Brigadeiro Eduardo Gomes, novamente pela UDN. No final das contas, Vargas voltou a ser presidente da República, desta vez pelo voto.

Os acontecimentos dessa conjuntura histórica foram narrados anos depois por Wainer e Lacerda. Cada um a seu modo forneceu testemunhos ao mesmo tempo em que combatia a ditadura liderada pelos militares e reivindicava a abertura do regime: primeiro, Lacerda, em seu *Depoimento* concedido a jornalistas ligados ao *Jornal da Tarde* em 1976; depois, Wainer, em depoimentos gravados em 1980, dos quais uma seleção foi reunida no livro de memórias *Minha razão de viver*. É interessante notar que Wainer afirma ter lido o documento produzido por Lacerda e trava um debate direto com ele sobre o significado do passado. Em outras palavras, o diálogo estabelecido entre os dois personagens é uma grande oportunidade para se

perceber como ambos os testemunhos são produzidos em meio a uma relação de forças; cada um deles atribuía à história e à luta política do seu presente um sentido específico.

O primeiro cuidado a se tomar com esses relatos refere-se a seus respectivos estatutos. É evidente que Wainer e Lacerda, assim como os organizadores das referidas obras, procuram demonstrar que suas versões dos acontecimentos são as mais fidedignas possíveis. Para *Depoimento*, por exemplo, Ruy Mesquita, um de seus idealizadores, escreve o prefácio no qual afirma que sua intenção era trabalhar pela “formação de uma espécie de banco de informações históricas, destinadas precipuamente a servir a quem, no futuro, pretender estudar a vida política deste país nos últimos quarenta anos” (p. 11-15). Nesta empreitada, Lacerda, o nome mais cotado, resolveu falar durante quatro fins de semana em 1976. Questionado pelos jornalistas, relatou trinta anos de sua vida e atividades políticas. O livro resultante destas entrevistas veio a público em 1978.

Com a “clareza e a precisão de um narrador de televisão que estivesse comentando para os espectadores um espetáculo ao vivo”, segundo Ruy Mesquita, Lacerda concebe o fim do Estado Novo sob o viés de um confronto entre os “democratas autênticos” (entre os quais inclui a si próprio) e aqueles que pretendiam apenas “aproveitar-se da democracia em benefício exclusivo dos seus pequeninos interesses pessoais e dos daqueles que pretendiam dela aproveitar-se para exterminá-la definitivamente”. Ao final do livro, Lacerda surgiria como um democrata convicto, avesso a conspirações e livre das acusações que lhe eram mais comuns: “a de que agia sempre cheio de ódio e a de que era incoerente e contraditório”.

Na introdução do *Depoimento*, escrita por Cláudio Lacerda Paiva, emergem outras informações consideradas marginais na construção da imagem do tio (p. 19-27). Aquele homem, taxado de “reacionário”, “vendido”, “fascista”, não recebia anúncios de empresas estrangeiras; enfrentou a *Light* por diversas vezes e combateu o “fascismo” implantado no País durante o Estado Novo. Porém, “nem um lado, nem outro, por motivos óbvios, teve interesse em reconhecer toda essa luta”. Diante disso, ele é taxativo ao classificar o livro: “É preciso ficar bem claro que não se trata de uma biografia ou de um livro de memórias. Trata-se apenas de um depoimento jornalístico (...) Gostaria de chamar a atenção do leitor para uma frase de Lacerda: Depoimento é depoimento, quem quiser que conteste e dê a sua versão”. Wainer apresentaria a sua em depoimento de 1980. Sob a coordenação do jornalista Sérgio de Souza, deixou 53 fitas gravadas para serem publicadas em livro, o qual veio a público em 1987.

Em ambos os casos, os documentos são deliberadamente produzidos para impor uma visão do passado ao presente e ao futuro; tendência em nossa época que Pierre Nora identifica

como parte de uma reformulação de nossa perspectiva sobre os arquivos e de uma transformação na memória (NORA, 1984, p. XXVII). Segundo ele, trata-se de uma memória arquivística, ou seja, memória que se apóia sobre o registro concreto e sobre o vestígio material; no caso, as gravações em fita magnética ou suas transcrições em formato de livro. Tais elementos indiciam o desaparecimento de uma memória vivida do interior, sujeita a sucessivas narrações e deformações, e sua substituição por uma memória que se congela em suportes exteriores.

É claro que isso não significa que a memória tenha desaparecido completamente ou deixado de ser enviesada e parcial, pelo menos nos casos ora analisados. Basta observar o prefácio do livro com os depoimentos de Wainer, redigido pelo escritor Jorge Amado, para se afastar tal interpretação (WAINER, p. 09-10). Nele, o jornalista é caracterizado como um homem identificado com as “grandes causas” do País, de forma semelhante àquela em que Lacerda é retratado na introdução e no prefácio do seu *Depoimento*. O célebre escritor assevera que, em nosso passado, alguns jornalistas assumiram o duplo papel de testemunhas e protagonistas da história, entre eles Carlos Lacerda, Assis Chateaubriand e o próprio Wainer. Este simbolizou “tudo quanto neste país significa independência política, progresso, povo”. E por isso “os representantes da reação, do atraso, do espírito colonial, do obscurantismo, tentaram por todos os meios destruí-lo”. Eis algumas das imagens que Lacerda, ferrenho opositor de Wainer, tentou afastar de si em seu relato, o que evidencia o quanto o campo da memória estava sujeito a disputas e relações de força (provavelmente relacionadas às disputas políticas do seu presente).

Tais testemunhos, chamados por uns de “depoimento jornalístico”, por outros de “memórias”, podem, a meu ver, ser mais bem compreendidos a partir da noção de “memória historicizada” de Pierre Nora (p. XIX). Antes de delineá-la, o autor traça uma distinção entre memória e história, com o propósito de indicar como a primeira vinha sendo incorporada pela última nas últimas décadas do século XX. Em outras palavras, trata-se de um mundo em que a memória dos grupos sociais perde importância, o que significa dizer que deformações e atualizações próprias dela se desvanecem. Memória que cede lugar à história, caracterizada por procedimentos críticos e laicizantes, transforma o passado em discurso intelectual e artificial, voltado para o universal e desprovido de afetos. Para Nora, esse movimento ajuda a explicar, em tempos recentes, a obsessão em se criar e preservar arquivos, bem como a necessidade de cada um de se tornar historiador de si mesmo. No caso de Wainer e Lacerda, pretendo sugerir, de forma mais cuidadosa, como o estatuto de história por eles conferido a

seus relatos não os desvencilha dos mecanismos afetivos e atualizadores da memória (distinção nem sempre feita ou aceita por historiadores).

Usos da história e persistência da memória

Exemplo interessante dessa pretensão em transformar a memória em história no depoimento de Wainer vem à tona em sua interpretação do sentido da morte de Vargas: “Com o suicídio, conforme têm sustentado vários historiadores, Vargas adiou por dez anos o gesto afinal consumado em 1964, pelos mesmos militares que contra ele haviam conspirado em agosto de 1954” (op. cit., 1988, p. 207). Lacerda, em outra situação, recorre à historiografia para explicar o autoritarismo de Vargas (op. cit., 1978, p. 111). Assim, ambos relatam e tentam compreender com interpretações de historiadores o passado que viveram. É possível que a permanência da memória e suas características seja mais bem percebidas nesses relatos, se levarmos em consideração os modos como a atuação de Vargas foi representada em cada um deles ao longo do processo de distensão das décadas de 1970 e 1980.

Wainer conta que sua entrevista com Vargas, em 1950, nasceu de um projeto de reportagem sobre economia no Rio Grande do Sul, para o qual fora enviado em nome dos *Diários Associados* (op. cit., 1988, p.19). Em sua versão, mudou de planos ao chegar lá, com a decisão de entrevistar o ex-presidente na propriedade dele. Não apenas conseguiu fazer sua matéria, como também saiu de São Borja com a bombástica expressão “eu voltarei”, sinal de candidatura que agitou o cenário político nacional. Com esse trabalho, Wainer teve seu prestígio elevado junto a Assis Chateaubriand e ao próprio Vargas. Iniciadas as eleições, viu-se ainda como o único jornalista a cobrir a campanha varguista de modo positivo - pelo menos é o que ele nos conta -, situação que lhe permitiu acompanhar de perto as articulações políticas do candidato nos bastidores (id., p. 27-32).

É a partir de uma dessas ocasiões que ele representa Vargas como político hábil, ao narrar a celebração do acordo entre o candidato e o Partido Social Progressista (PSP). Adhemar de Barros ter-lhe-ia contado que, nas negociações, as lideranças partidárias concordaram que o postulante à vice-presidência proviria do PSP, provavelmente Café Filho. Vargas logo se esquivou dos termos do acordo do documento, passando a caneta para Danton Coelho, destacado membro do PTB, e deixou que as pessoas presentes o assinassem: seu nome foi o único que não constou na lista (id., p. 30). Se essa versão de episódio ocorrido nos bastidores da campanha presidencial poderia, para alguns, ser mostra de má-fé do ex-

presidente, é prontamente incorporada no folclore de suas astúcias políticas por Wainer. Como seria de se esperar, nenhuma neutralidade nesse testemunho. Qual seria o sentido dessa imagem positiva do líder trinta e cinco anos depois de sua morte?

Por ora, é interessante notar que Wainer não avalia positivamente o público dos comícios varguistas em seu depoimento: “camponeses com pés de Portinari, brasileiros descalços, gente humilde, homens sem posses que vinham saudar o ‘Pai dos Pobres’” (id., p. 36). Uma “massa” sem “consciência política”: “Eram apenas getulistas (...) não pediam terra, não pediam pão. Pediam Getúlio, e nisso resumiam todas as suas aspirações” (id., p. 36). Esta exclusividade do personalismo nas aspirações das multidões getulistas não fazia parte, curiosamente, da perspectiva de Wainer sobre elas no momento da campanha. É o que sugere reportagem sua publicada no jornal *Diário de São Paulo*, em 22 de agosto de 1950, na qual trata da “Vibração Popular na Excursão do Candidato Populista ao Norte”: “a presença de grandes multidões em todo o percurso (...) revela nas populações nortistas a presença de extraordinária consciência política e entusiasmo até certo ponto maior do que no sul” (apud PEREIRA, 1996, p. 15).

Na mesma linha das recordações de Wainer, Lacerda sustenta em seu depoimento que a população não estava preparada para votar naquelas circunstâncias – opinião que efetivamente tinha no período a que se refere (BENEVIDES, 1981). Para ele, a “máquina da ditadura” fora consistentemente montada durante o Estado Novo, e muitos de seus efeitos ainda permaneciam com a redemocratização do País. O controle dos meios de comunicação de massa, a impossibilidade de se fazer oposição e a persistência de velhas oligarquias implicariam, caso fossem legitimadas as eleições presidenciais, “coonestar a volta da ditadura com o voto popular” (op. cit., p. 101-102). Os relatos de Wainer e Lacerda, neste aspecto, estão em compasso na aceitação do que seria o populismo na política brasileira (GOMES, 1998, p. 551-555). Em certas leituras sobre este suposto fenômeno, a condição de massa do eleitorado brasileiro, isto é, sua desorganização ou incapacidade de canalizar seus interesses em partidos políticos, faria com que os eleitores se entregassem estritamente aos encantos e apelos emocionais de líderes carismáticos; interpretação de certa forma hegemônica nas ciências sociais e na historiografia após o golpe de 1964. Este seria mais um caso em que a memória, à primeira vista, parece ter sido subsumida pela história.

Ora, deformações e atualizações características da memória podem ser sugeridas no modo como Wainer narra a concepção do jornal *Última Hora*. Após relatar o sucesso de suas reportagens e da campanha de Vargas, ele fala de uma série de desencantos. Assevera que se sentia humilhado, pois trouxera Vargas do isolamento para o centro do poder e fizera

campanha notável na imprensa, sem receber convites para ocupar cargo de direção nos *Diários Associados*, nem ao menos um aumento de salário. Wainer conta, então, que durante caminhada noturna na Avenida Atlântica chegou à conclusão de que Chateaubriand não compreendia sua personalidade nem lhe dava o devido valor; daí que, “em algum canto da minha mente, desenhou-se a certeza de que eu deveria ter o meu próprio jornal” (WAINER, 1988, p. 119).

Pierre Ansart se questiona se os indivíduos conservam memórias de seus próprios ressentimentos. Duvida das possibilidades de eles permanecerem intactos ou preservados nas lembranças, uma vez que se referem a experiências dolorosas e desagradáveis (ANSART, 2004, p. 30). Não seria o caso também de levantarmos dúvidas acerca da concepção da *Última Hora* a partir de um ressentimento experimentado por Wainer e rememorado anos depois? Não se trata, antes, de uma racionalização *a posteriori* de um possível acaso em sua vida, quando Vargas lhe sugeriu que fundasse um jornal? Não que Wainer não pudesse ter desejado possuir seu próprio periódico antes disso. Tal versão, porém, atribui evidentemente maior peso à sua iniciativa em possível atualização operacionalizada pela memória em relação ao sentido de acontecimentos passados.

É preciso levar em conta tais questões quando os depoimentos de Wainer e Lacerda parecem se transformar em história. Aliás, ambos discutem o significado da figura de Vargas na década de 1950, bem ao modo dos historiadores: a partir das supostas rupturas ou continuidades da atuação dele em relação ao Estado Novo. Para Wainer, ele se tornou um homem diferente, ou seja, “um nacionalista muito mais convicto”, alguém cujas “ideias sobre justiça social haviam se tornado mais nítidas” e que tinha se convencido da “necessidade de consolidar a burguesia nacional” (op. cit., 1988, p. 123). Essa orientação “nacionalista” é atribuída aos primeiros anos da formação dele em sua região, “até porque essa tendência é natural no homem da fronteira” (id., p. 124). Esse mesmo ambiente também explica sua “honradez pessoal”, “um homem que tinha padrões de vida modestos e mostrava um respeito pelo dinheiro típico dos fronteiriços” (id., p. 125).

Já Lacerda vislumbra continuidades na trajetória de Vargas na passagem do Estado Novo para o regime democrático. É certo que nega a possibilidade da reedição de uma ditadura, de inspiração fascista; mas “um peronismo, um populismo de fundo ditatorial (...) isso sem dúvida. Foi o que aconteceu. O Getúlio era absolutamente incompatível com um regime democrático” (op. cit., 1978, p. 110). De forma semelhante a Wainer, Lacerda passa pelo tema da fronteira para explicar o suposto caráter de Vargas, recorrendo, inclusive, a certa historiografia para fazê-lo. Ao citar Moisés Vellinho, sustenta que o ex-presidente não fazia

jus à formação histórica de sua região, uma “força eminentemente brasileira”, já que o que a figura do caudilho encarnava era a de “um general de tropas civis que se organizavam para resistir à invasão, para repelir o invasor e manter as suas fronteiras, portanto as fronteiras do Brasil” (id., p. 111). Para ele, as origens do autoritarismo de Vargas residiam na formação filosófica dele, na medida em que o positivismo apresenta um “caráter irremissivelmente antidemocrático”.

Essa constante penetração da historiografia na memória vem acompanhada da discussão acerca da fixidez ou não do caráter de figuras históricas; algo questionável do ponto de vista do ofício do historiador. Este não teria contribuições mais interessantes a oferecer ao estudo do passado ao apontar as razões pelas quais, em determinadas circunstâncias, elas se comportaram desta ou daquela maneira a partir da pressão de grupos sociais ou de escolhas pessoais? O julgamento de valor presta-se mais à luta política do presente em que os testemunhos foram produzidos: campo privilegiado da memória. Diante disso, não seria possível imaginar também o caminho oposto, isto é, a memória subsumindo a história?

É o que pode ser sugerido em trabalho do historiador norte-americano Robert Levine, em que surge a questão do caráter de Vargas (LEVINE, 2001, p. 13, 33 e 35). Em direção semelhante à de Wainer, ele recorre ao tema da “herança gaúcha” para explicar seu suposto talento para conciliar lados opostos: “O Rio Grande do Sul fora amargamente dividido em facções beligerantes (...) e Vargas compreendeu que o Estado, para ter um peso nacional proporcional à sua crescente importância econômica, teria de apresentar uma frente unida” (LEVINE, 2001, p. 13, 33 e 35). Não que Levine tenha absorvido esta interpretação diretamente do relato de Wainer, pois ele nem mesmo o cita. Ao que tudo indica, ambos simplesmente compartilhavam posições que circulavam no debate público e na memória coletiva. Já em casos de historiadores e jornalistas que tiveram contato com os referidos testemunhos, como veremos, é possível sugerir uma absorção direta da memória pela historiografia.

Este caminho se torna mais claro ao confrontarmos os relatos de Wainer e Lacerda. É interessante, por exemplo, como o primeiro trata o último como a manifestação de uma peculiar manifestação da direita na política brasileira, por ele ter sido admirado por Dom Hélder Câmara e Tristão de Athayde, ambos com passagens pelo integralismo; porém distinto da extrema direita, conforme atestam suas diferenças com Plínio Salgado: “Lacerda era diferente (...) encarnava a direita consciente, ideológica, mais civilizada, de colarinho branco e inclinações religiosas” (op. cit, 1988, p. 139). Essa distinção é estabelecida a partir do que seriam as posições políticas da *Última Hora*, “uma publicação indiscutivelmente popular,

com posições nacionalistas de esquerda” (id, p. 163). Lacerda, por sua vez, recusava ser integrado no campo da direita, o que pode ser notado em ocasião em que se defendeu de denúncias contra sua gestão no estado da Guanabara, em texto reunido no livro *O poder das ideias*: “Em vão procuram situar-nos numa direita em que nunca estive nem estarei e que nem mesmo existe” (LACERDA, 1963, p.27-40 apud MENDONÇA, 2002, p. 290).

Ele rebate tais acusações em trecho do seu depoimento ao tratar da campanha “Ajuda teu irmão”, por ele organizada com o intuito de granjear recursos para socorrer vítimas da seca no Nordeste. Segundo Lacerda, Wainer publicou em *Última Hora* artigo assinado pela primeira-dama Darcy Vargas, então responsável pela Legião Brasileira de Assistência, solicitando a suspensão da doação de recursos para a campanha, o que fez com que grandes doadores recuassem de suas contribuições (op. cit., p. 114). Ainda que não afirme que Wainer e seu jornal não eram de esquerda, ele implicitamente o faz ao apontá-los atuando contra ações distributivistas. Nas disputas no âmbito da memória, fica evidente a conotação negativa de ser situado à direita do espectro político em ambos os casos: possivelmente em razão de a ditadura vigente nos momentos de produção dos testemunhos, desprestigiada por suas ações repressivas e pela concentração de renda que facilitou, ser classificada como de direita por opositores seus.

Ecos desse duelo de memórias parecem se projetar no trabalho da jornalista Ana M. A. Laurenza, em análise comparativa entre os jornais *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* (1998, p. 18-19). É certo que ela faz críticas interessantes à memória cristalizada de que os dois periódicos se situavam nas antípodas na disputa pelo modo de conduzir o País política e economicamente. De fato, ambos estavam engajados, ainda que de modos distintos, no desenvolvimento do capitalismo. O elo entre esses jornais é acertadamente apontado na defesa deste último. Algumas de suas diferenças são indicadas no grau da presença do Estado na economia que cada um defendia, maior no caso da *Última Hora* do que no da *Tribuna da Imprensa*. Acontece que, devido à semelhança encontrada, ela acaba por contestar a ideia de que a *Última Hora* tenha sido um jornal de esquerda, em posicionamento similar ao de Lacerda.

Em todas estas situações, as balizas conceituais para se definir posições políticas (de esquerda ou direita) são demasiado fluidas ou subjetivas, bem ao modo das deformações voluntárias ou involuntárias operadas pela memória. Para lidarmos com esse impasse, Norberto Bobbio delineia interessante critério para demarcar tal distinção: a postura dos homens organizados em sociedade diante do ideal de igualdade (2001, p. 47, 111-120). Todo projeto de repartição, é preciso lembrar, tem de responder a três perguntas: “Igualdade sim,

mas entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?”. É possível pensar, pois, numa esquerda que seja igualitária mas não igualitarista, isto é, que defenda a diminuição das desigualdades sociais sem almejar a igualdade de todos em tudo. Direita e esquerda são definidos de forma relacional: “De um lado, estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais que desiguais; de outro, aqueles que consideram que são mais desiguais que iguais”. Neste sentido, é impossível criar uma posição absoluta para Wainer e Lacerda, situando-os à direita ou à esquerda, posto que estas condições são cambiantes; porém, no mais das vezes, o primeiro parece ter se situado à esquerda do último, ao longo das décadas de 1950 e 1960, por ter defendido bandeiras reformistas e distributivistas na maior parte do tempo.

A memória também pode ser problematizada em momentos em que Wainer e Lacerda tratam de ressentimentos. É curioso, por exemplo, como o primeiro explica comportamentos do último por meio de paixões e sentimentos: “Quando a *Última Hora* nasceu, o ódio de Lacerda por mim exacerbou-se dramaticamente” (op. cit, 1988, p. 140). Para ele, “razões de fundo psicológico” subjazem a essa reação do adversário, como a de alguém que não se conformava com a projeção jornalística de um autodidata: “Carlos não podia aceitar que alguém com a minha biografia fizesse sucesso. Essa frustração foi agravada pela medíocre trajetória da Tribuna da Imprensa, cuja tiragem sempre oscilava em torno de 4000, 5000 exemplares”. Aliás, a explicação do comportamento de Lacerda por meio da psicologia, para depreciá-lo, já estava presente no debate político da década de 1950. Ao se posicionar contra a decisão de lhe conceder mais canais de radiodifusão, o colunista Eloy Dutra, da *Última Hora*, declarou que um microfone com ampla liberdade nas mãos dele era um ensejo para que ele começasse a “xingar a mãe de todo o mundo”. O colunista interpretava o comportamento de Lacerda como um processo de transferência, pelo qual ele encontrava “nessas agressões uma aparente paz para o seu íntimo torturado por todos os tipos de covardia” (UH, 07. 07. 57, p. 05).

Por seu lado, Lacerda se serve do mesmo artifício para explicar o suicídio de Vargas: “segundo muitos psicólogos, um dos elementos constitutivos do (...) complexo de suicídio, é realmente um desejo de vingança (...) é evidente que havia um certo desejo de deixar depois dele um caos” (op. cit., 1978, p. 147). Considerando as manifestações da população contrárias ao jornalista após esse episódio, responsabilizando-o pelo ato, é provável que ele tenha utilizado a explicação de cunho psicológico para se desvencilhar de tal acusação, atribuindo a causalidade do gesto final a traços psíquicos ou individuais de Vargas. Psicologizar o adversário político, tanto para Wainer quanto para Lacerda, era uma forma de vê-lo tomado

por paixões e por isso desprovido de autocontrole. O que menos importa, nesses casos, é o rigor na utilização do instrumental analítico para se compreender o comportamento de alguém, mas sua utilização para diminuir o sentido de ações praticadas por adversários políticos no passado, tratando-as como fruto de desequilíbrios de personalidade e sem vínculos com pressões ou interesses de grupos sociais. Memória psicologizada.

Em livro da historiadora Marina Mendonça sobre a trajetória política de Carlos Lacerda, em que a autora segue a trilha de Peter Gay, há uma instigante tentativa de aplicar com rigor conceitos da psicologia para compreender sua atuação histórica (2002, p. 65). Ela tem o cuidado de reconhecer o papel do indivíduo na história, ao mesmo tempo em que não o superestima, considerando também sua relação com interesses de grupos sociais. Segundo ela, um dos móveis da oposição de Lacerda a Vargas residia no fato de este aparecer no imaginário popular como o “pai dos pobres”, situação que engendrava certo desconforto para alguém que tinha relações tumultuosas com o pai e nutria grande afeto pela mãe. Ou seja, pelo mecanismo conhecido como transferência, Lacerda pode ter introjetado seu desligamento do Partido Comunista do Brasil (PCB) como uma rejeição da mãe e Vargas passou a afigurar-se-lhe como o espectro do pai, na condição de obstáculo ao amor entre mãe e filho, como no mito de Édipo, o que o teria transformado em objeto de ódio, em oponente a ser eliminado. Dessa forma, a análise de Mendonça é sofisticada. Ela não utiliza o aparato conceitual da psicanálise para deturpar seu objeto de estudo, tal como o fizeram os personagens mencionados. Sua interpretação se vale de uma análise histórica, tratando tais recursos como complementares um em relação ao outro.

É preciso destacar, porém, que esse caminho convive com a incorporação de aspectos problemáticos da memória em sua perspectiva histórica. É o que se pode deduzir de suas considerações sobre a perseguição de Lacerda à *Última Hora* e a seu proprietário (id., p. 125-127). É certo que registra importantes fatores para isso, como a concorrência destes últimos na venda de jornais e os vínculos do primeiro com o capital estrangeiro; mas insiste em acrescentar ressentimentos, supostamente suscitados na ocasião em que Lacerda foi expulso do PCB e não recebeu ajuda de Wainer para voltar a integrar os quadros do partido, em 1942, para publicar o artigo “Os intelectuais e a união nacional”.

Retomamos as considerações de Pierre Ansart, que nos leva a perguntar: o que é que nos autoriza a pensar que Lacerda, nas décadas de 1950 e 1960, fosse movido ainda por desentendimentos e ressentimentos experimentados na década de 1940, como se tivessem permanecido intocados em sua memória? Não é essa, antes, a memória construída por seus adversários ao representá-lo estritamente sob a influência de ódios e paixões?

Tal interpretação parece fazer parte das brumas lançadas pela memória na historiografia. É o próprio Wainer que rememora sua trajetória como algo fora dos padrões e, por isso, causadora de ressentimentos. Informa que o adversário equipava as instalações de seu jornal com mesas especiais e inflacionava os salários dos jornalistas; que resolveu o problema do suprimento de papel, que atingia a imprensa em geral, em transação com um grupo de judeus norte-americanos a preços módicos; que efetuava empréstimos junto ao governo federal. Tudo isso para o descontentamento dos “barões da imprensa” (op. cit. 1988, p. 141-148). Esta oposição cerrada por parte da *Última Hora* e de outros setores da mídia, de certo modo, é incorporada por Gisela Taschner Goldenstein em seu estudo sobre a fundação e a trajetória do jornal. Não por acaso sua principal fonte é um depoimento a ela concedido por Wainer (1987, p. 179-181). Ela se serve da noção de indústria cultural, celebrizada por Theodor Adorno e Max Horkheimer, para orientar suas interpretações, e conclui que o periódico tinha muitas de suas características, tais como o caráter policlassista de suas mensagens e o uso de artifícios para maximizar vendas (entretenimento, sexo e violência), sem abandonar um viés político. Por sua não-subordinação a uma orientação estritamente mercantil, este último fator é apontado como decisivo para explicar a intensa campanha contra suas atividades. Com isso, a autora opõe o “populismo” do periódico ao liberalismo de outros segmentos da imprensa, o que culminou com a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da *Última Hora*.

Que as orientações políticas do jornal e os interesses que defendia estivessem na base das motivações para destruí-lo é algo plausível; porém, a oposição descrita por Goldenstein entre “populismo” e liberalismo parece mais uma atualização da memória, uma vez que nas páginas da *Última Hora* se entrevê a defesa de aspectos do ideário liberal: um conceito de opinião pública inspirado no pensamento de Montesquieu (CARVALHO, 2000, p. 10, 115-117). Tal noção é entendida como algo que ganha expressão nas instituições, leis e princípios do regime democrático e sua manifestação está relacionada à existência de partidos e à prática de eleições, assim como aos representantes escolhidos: posições borradas pela memória através do termo “populismo”.

Inimigo comum, objetivos diferentes

As atualizações do passado indicadas nas memórias de Wainer e Lacerda têm muito a ver com o presente a partir do qual falam. Perseguidos pela ditadura implantada no País com

o golpe civil-militar de 1964. Ambos fazem, cada um a seu modo, suas lembranças embaladas pela luta em prol da redemocratização do país.

Após o golpe, Wainer teve seu nome inserido na primeira lista de proscritos e partiu para o exílio na França. Lacerda, por sua vez, apoiou os primeiros passos do movimento que derrubara a ordem legal, e viajou por vários países com o intuito de legitimar o novo regime. Porém, logo passou a criticar a prorrogação do mandato do presidente Castelo Branco, por almejar chegar à presidência da República por meio de eleições. Por tal razão, aproximou-se de Juscelino Kubitschek e de João Goulart para formar a chamada Frente Ampla, e de setores de esquerda e do PCB, para clamar pelo restabelecimento da democracia no País. Estas posições lhe renderam o descontentamento da “linha-dura” nas Forças Armadas, grupo que contribuiu na cassação de seus direitos políticos. Partiu então para o exílio em 1969, com passagens pela Europa e pela África. Ao retornar ao Brasil, passou a exercer atividades empresariais e a escrever artigos em *O Estado de S. Paulo* e no *Jornal do Brasil*. Wainer também retornou ao País, com atuações nos jornais *Aqui São Paulo* e *Folha de S. Paulo*.

Ambos publicaram artigos na imprensa na conjuntura em que a ditadura dava mostras de esgotamento e sugeria o lento e gradual restabelecimento das liberdades civis e políticas, especialmente a partir do governo Geisel. Ambos entrevistaram nesse processo. Em 1976, por exemplo, Lacerda escreveu para *O Estado de S. Paulo* defendendo-se das acusações de que sua editora não publicava livros nacionais e de que quase teria provocado incidente diplomático entre Brasil e França, por ter incentivado a imprensa brasileira a atacar o presidente De Gaulle. Depois de negar tais posturas, conclamou o País a se defender dessas “manobras de confusão” para se desvencilhar do dilema: “uma ditadura ou a ditadura oposta, uma impostura ou a impostura contrária, uma estupidez obstinadamente silenciosa ou uma estupidez em álcure balbúrdia” (OESP, 18. 05. 76). Uma crítica evidente ao governo e ao regime.

Ele também dialogava com aqueles que o responsabilizavam pelo golpe de 1964. Artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* pelo deputado João Cunha, na época vinculado ao MDB, ao tratar Lacerda como uma ameaça à democracia, torna esse debate mais nítido (OESP, 01. 07. 75). Ele o critica por ter declarado que o País corria o risco de retornar à situação anterior a 31 de março de 1964 e emenda que o perigo consistia “na possibilidade de retorno ao esquema Lacerda que, vivo estigma do passado, responsável por grande parte da antiga tragédia nacional, se levanta como fantasma, vez por outra, para lançar seus brados” (op. cit., 01. 07. 75). Era apresentado como alguém que visava a atentar contra o estado de direito e as franquias democráticas.

Neste debate, travado no âmbito da memória, o jornal francês *Le Monde* publicou reportagem condenando a prática de tortura no País e o golpe de 1964, vinculando Lacerda a tais atos. Lacerda imediatamente partiu em sua própria defesa com um artigo em *O Estado de S. Paulo*. Para ele, a posse de Goulart tornou “inevitável o movimento militar de 1964 com tudo o que se lhe seguiu” (id., 08. 08. 75), exceto a prática de torturas. Sustenta então que anticomunistas como ele não eram necessariamente antidemocratas. A ruptura institucional do golpe é explicada como uma reação contra uma “guerra revolucionária”, ainda em curso, em sua opinião, marcada por sequestros, assassinatos e assaltos. Segundo ele, “foi em resposta a essa violência que se chegou à prática de violências também condenáveis. Mas, foi à custa dessa violência que os brasileiros puderam (...) trabalhar e progredir”. É certo, pois, que ele se posicionava favoravelmente em relação à abertura do regime; mas de forma controlada, provavelmente com o refreamento de propostas consideradas radicais no seio da sociedade. E com isso não temia apenas as proposições revolucionárias de determinados grupos sociais, mas também a orientação estatista e distributivista do legado de Vargas. É o que sugere em seu depoimento, ao comentar a aliança entre Kubitschek e Goulart havia pouco, afirmando que se baseava num ideal de getulismo sem Getúlio, “ideia (...) que existe até hoje” (op. cit, 1978, p. 155).

Estas reservas eram partilhadas por militares que temiam a reunião das oposições para imprimir um ritmo à abertura do regime diverso daquele por eles esperado (SKIDMORE, 1988, p. 409-487). Em 1980, no decorrer do governo Figueiredo e em meio ao aumento da inflação e da dívida externa, a aprovação da Lei de Anistia pelo Congresso e o revigoramento das reivindicações de sindicatos rurais e operários, em busca de maior autonomia em relação ao Estado, chamavam a atenção dos grupos mais conservadores para a abertura política. Uma das estratégias para dividir as oposições partiu do general Golbery do Couto e Silva, com a proposta de eliminar o sistema bipartidário imperante em anos anteriores. Assim, com a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos, em 1979, houve uma fragmentação partidária. A sigla do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi cobiçada por Leonel Brizola, legenda pela qual atuara politicamente antes do golpe e que contava com o prestígio de Vargas. Entretanto, as autoridades eleitorais concederam-na a Ivete Vargas, sobrinha neta do ex-presidente, figura política de expressão secundária, mas bem relacionada com o general Golbery. Brizola fundou então o Partido Democrático Trabalhista (PDT). À esquerda dessas agremiações surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), encabeçado por Lula. O Partido Popular (PP) apareceu sob a tutela de conhecidas figuras do cenário político conservador, como Tancredo Neves e Magalhães Pinto.

O depoimento de Wainer foi produzido justamente nestas circunstâncias, ao mesmo tempo em que ele emitia juízos sobre a política do País em sua coluna no jornal *Folha de S. Paulo*: atuações, ao que tudo indica, indissociáveis. Ele se posicionou contra a reforma partidária e a classificou de decisão imposta de cima para baixo (FSP, 02. 01. 80). Seu ideal era a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e a unificação das oposições para que definissem o rumo da abertura do regime (op. cit., 06. 01. 80). Buscou indispor setores da sociedade civil com o governo, através de apelos dirigidos a segmentos do empresariado, da classe média, dos trabalhadores e do próprio Exército. Combateu setores do PT e do Movimento Estudantil que considerava demasiado radicais. Seu apoio às greves operárias do ABC foi justificado por “comprovar que o novo sindicalismo de há muito ultrapassou sua subordinação ao esquema populista” (op. cit., 14. 05. 80). Essa posição, fincada na luta política do seu presente, pode explicar a atualização operada pela memória de Wainer ao afirmar que os eleitores de Getúlio não tinham consciência política; opinião que não expressara publicamente nas décadas de 1950 e 1960.

É claro que Wainer não abandonava o legado getulista com posições como essa. Pretendia, antes, reabilitá-lo com algumas mudanças. Pressupunha que os governos militares tinham conduzido a economia de forma demasiado favorável às empresas multinacionais, deixando implícita preferência por certa interferência do Estado nas atividades econômicas, velha bandeira do PTB (op. cit., 25. 01. 80). Não é casual, pois, que considerasse esta como a melhor opção entre os novos partidos. Para ele, mesmo que outras siglas tentassem se aproximar das posições petebistas, “sempre parecerão menos autênticas que as assumidas pelo partido de Getúlio Vargas” (op. cit., 16. 01. 80). A seus militantes restava, então, a tarefa de refundar o partido sem as práticas que o haviam maculado, tais como o “peleguismo”, o “fisiologismo”, o “aventureirismo” e o “caudilhismo”.

Wainer queria o PTB sob o controle de Leonel Brizola, alegando que este tinha preservado em suas mãos os “mitos de Getúlio e Jango”, o que o capacitaria a conquistar um eleitorado “sem dono, de tendências socializantes, inclusive da própria classe média, cujas camadas inferiores marcham para a proletarização” (op. cit., 05. 01. 80). Num detalhe muito importante sobre as relações tecidas entre a memória e a luta política, afirma que “as raízes do trabalhismo criadas na alma popular evitaram que o PTB pudesse ser erradicado da memória nacional”. Em outras palavras, tanto para Wainer quanto para Lacerda, recordar a atuação de Vargas na política brasileira, naquelas circunstâncias, era tarefa intimamente associada à luta pela abertura do regime e pela reconfiguração do quadro político-partidário – o que

explica, em parte, suas atualizações ou deformações acerca do sentido de fatos da década de 1950 e 1960.

Considerações finais

Os testemunhos de Wainer e Lacerda, em diversos momentos, parecem assumir o estatuto de história, efeito que pode ser atribuído às suas constantes recorrências à historiografia para relatar o passado por eles vivido. É possível que tal expediente tenha atuado para que muitos autores, entre eles historiadores, cientistas sociais e jornalistas, tenham incorporado direta ou indiretamente interpretações dos sentidos dos fatos fornecidos nesses relatos. Com isso, teriam desconsiderado que estes últimos foram produzidos em momento de intensa luta política, no qual mecanismos da memória, tais como seleções, deformações e atualizações, obscureceram ou alteraram o significado do passado em favor da luta contra a ditadura.

É claro que essas narrativas trazem importantes informações sobre a história política recente do País, ou pelo menos versões, especialmente em relação à atuação pública de Vargas; mas, como quaisquer documentos, não devem falar por si mesmas, a não ser quando interrogadas pelo historiador.

Aliás, é no confronto de diferentes testemunhos sobre os mesmos personagens e períodos históricos que se tem ocasião interessante para identificar os esquecimentos, voluntários ou involuntários, de cada um deles. Ao contrário do que postula corrente de pensamento muito difundida, que associa tais lacunas a ausência ou falha da memória, é possível pensá-las como parte constituinte desta última (AUGÉ, 1998, p. 19-29). Afinal, como esperar de uma mente saturada de lembranças que reelabore novas experiências? Identificar pontos obscuros em testemunhos é tarefa do historiador, facilitada pela contraposição de versões entre si distintas de acontecimentos, ou pelo cotejamento de lembranças com documentos produzidos no período a que elas se referem: um pouco do que procuramos fazer com os relatos de Wainer e Lacerda. Tarefas óbvias apenas na aparência, pois abundam os casos em que depoimentos ou memórias, bem como suas posições político-partidárias, são diretamente incorporados pela historiografia.

TENSIONS BETWEEN MEMORY AND HISTORY IN TESTIMONIES: Getúlio Vargas and his political legacy in Samuel Wainer's and Carlos Lacerda's reports

Abstract

In this article I analyse two testimonies from the recent Brazilian history, especially related to the Vargas era, produced by Samuel Wainer and Carlos Lacerda. Though sometimes these journalists have tried to present their reports with the status of history, I point out that mechanisms of memory, such as selection and deformation, both attached to the present, remain in their narratives. Besides, it seems that many scholars did not consider such details and integrated their points of view without self-criticism.

Keywords: Politics. History. Memory.

Bibliografia

ANSART, Pierre. “História e memória dos ressentimentos”. In: Maria Stella BRESCIANI e Márcia NAXARA. **Memória e (res) sentimento**. Campinas: Unicamp, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

AUGÉ, Marc. **Les formes de l'oubli**. Paris: Manuels Payot, 1998.

BENEVIDES, Maria V. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. **A Opinião Pública e a CPI da Última Hora**. 2000. Tese (Doutorado em História) - FFLCH-USP, São Paulo.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Sumus, 1987.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca de modernidade. In: NOVAIS, F. & SCHWARZ (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1978.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano**. São Paulo: Ed. SENAC, 1998.

LEVINE, Robert. **Pai dos pobres?** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MENDONÇA, Marina. **O demolidor de presidentes**. São Paulo: Codex, 2002.

NORA, Pierre (org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 1984.

PEREIRA, Lauro Ávila. **Imprensa e Populismo: Última Hora no segundo governo Vargas (1951-54)**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-SP.

QUELER, Jefferson José. **Democracia e desenvolvimento: os posicionamentos políticos do jornal Última Hora no governo Kubitschek (1957-1960)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - IFCH/Unicamp, Campinas.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-85)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver**. Rio de Janeiro: Record, 1988.

Recebido em: Dezembro / 2009

Aprovado em: Abril / 2010